

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

romance histórico
romances dos séculos
ação de 1789, em
tido repercussões i
cursos do poder, a
e nas transações

Romance histórico

Definição

A designação «romance histórico» remonta ao século XIX. É no início deste século que determinadas circunstâncias sociais, políticas e económicas favoreceram o aparecimento desse género, que alguns consideram híbrido, porque pretende juntar a ficcionalidade própria do fenómeno literário com a verdade, elemento fundamental para a construção do discurso histórico. Não quer isto dizer que a reescrita do passado estivesse completamente ausente dos textos produzidos antes de oitocentos; contudo, os propósitos eram diferentes e o modo de relacionamento com o passado era efetivamente de índole muito diversa.

Como alerta Peter Burke, em *The Renaissance Sense of the Past*, o homem medieval não percecionava o passado como diferente do presente, faltando-lhe o sentido de anacronia e a correspondente dimensão temporal. Esta falha estrutural presente na literatura, frequentemente com a atribuição de características míticas, angélicas ou demoníacas às personagens convocadas, reflete-se na pintura, de uma forma ainda talvez mais visível, quando vemos personagens bíblicas com vestes medievais e insertas em ambientes completamente anacrónicos. A incapacidade de posicionamento temporal correto é compensada por uma distância espacial que se encarregaria de legitimar estes desencontros, colocando os protagonistas em lugares quase inacessíveis, desconhecidos, dificilmente verificáveis.

A partir da influência de Petrarca começa a desenhar-se um novo modo de apreender o passado, percebendo-se pela primeira vez as diferenças entre as diferentes épocas e as mudanças na linguagem, no vestuário ou nas leis (Peter Burke, *The Renaissance Sense of the Past*, 1969, pp. 27 e 39), decorrentes de inevitáveis transformações. No entanto, apesar de já haver uma certa consciência da diferença, os textos dos séculos XVI, XVII ou XVIII não se preocupam ainda com reconstruções históricas mais ou menos fidedignas, nem com a explicação do presente, tendo em conta o passado. Este ainda se reveste de indefinições fundamentais, o que leva os autores a usarem personagens referenciais (com existência histórica) descontextualizadas, isto é, de autenticidade duvidosa. Três exemplos ao acaso servirão para ilustrar o que acabo de dizer (Maria de Fátima Marinho, *Um Poço sem Fundo...* 2005, pp. 44-45): na *Crónica do Imperador Clarimundo*, de João de Barros (1522), assistimos a uma visão épica e mítica da fundação de Portugal,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

explorando-se a teoria da ascendência húngara do Conde D. Henrique; Camões, em *Os Lusíadas* (1572) limita-se a enumerar os feitos heroicos (e um ou outro amoroso, de que o episódio de Inês de Castro é, sem dúvida, o mais célebre), sem qualquer preocupação de enquadramento social, político ou outro – na verdade, só os feitos heroicos eram dignos de referência, ficando os demais abaixo da dignidade da história (Burke, *The Renaissance...*, p. 105); por último, é ainda de referir a tragédia *Castro*, de António Ferreira (1587), onde em várias tiradas, se atribui ao rei Afonso IV, pensamentos e desejos típicos de um rei renascentista (aspiração pela *aurea mediocritas* e argumentação maquiavélica), impossíveis de encontrar em meados do século XIV. Nestes três exemplos, se vê a ausência de sentido histórico propriamente dito e a incapacidade ou despreocupação em fornecer um painel fidedigno do passado.

Será a partir do século XVIII (M^a de Fátima Marinho, *Um Poço sem Fundo*, 2005, pp. 46-48), que começam a aparecer títulos que parecem apostados em recriar o passado. No entanto, como afirma Françoise Bargailliet as peripécias apresentadas são predominantemente do domínio do factual, do *fait-divers*, e nunca se debruçam sobre o estudo da época (Bargailliet 1981: 42). O mesmo sucede no setecentos português, de que pode ser exemplo *Caramurú – Poema Épico do Descobrimento da Baía* (1781) de Fr. José de Santa Rita Durão, onde este refere sobretudo as diferenças culturais, como a antropofagia, não se preocupando minimamente com a análise conjuntural da época. O caso mais interessante é, talvez, o do *Feliz Independente* (1779), do Padre Teodoro de Almeida, onde já podemos vislumbrar uma tênue inserção da narrativa no passado.

Será, no entanto, depois da Revolução Francesa e das tentativas expansionistas de Napoleão que o romance histórico se começará a desenhar, adotando algumas técnicas já existentes nos romances dos séculos anteriores.

A Revolução de 1789, em França, veio transformar radicalmente o equilíbrio social existente, tendo tido repercussões inevitáveis em todos os domínios da sociedade. A mudança ocorrida nos circuitos do poder, a transformação económica, que começa a pôr a tónica nos meios urbanos e nas transações comerciais protagonizadas pela burguesia em evidente ascensão, revoluciona a mentalidade, pondo simultaneamente a nu a diferença entre uma nobreza culta, mas com menor poder económico e uma burguesia, subitamente endinheirada, mas desprovida de referências culturais.

Numa época especialmente conturbada, não será difícil explicar o aparecimento de um líder como Napoleão Bonaparte, cujas intenções imperialistas serão fundamentais para consolidar as mudanças socioculturais inevitáveis. A sua política expansionista, a tentativa de conquistar a Europa e de instaurar o domínio francês em todos os reinos, terá consequências difíceis de ignorar.

Em Portugal, três invasões dos exércitos comandados por generais às ordens de Napoleão causaram grande instabilidade (e horror aos franceses) e provocaram a ida da corte para o Brasil. Quando o rei, D. João VI, regressa, em 1820, e jura a Carta Constitucional, desenha-se um novo equilíbrio social, que se revelará ainda bastante instável. Depois da morte do rei, em 1828, desencadeou-se uma guerra civil, entre liberais,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

representados por D. Pedro, o herdeiro, e absolutistas, cujo principal protagonista seria D. Miguel, seu irmão. A guerra civil que só terminará em 1834, com a Convenção de Évora Monte, obrigou intelectuais portugueses (como Almeida Garrett e Alexandre Herculano) ao exílio, em Inglaterra e França, e proporcionou o contacto destes com as novidades culturais e literárias europeias.

Na Europa, sobretudo na Alemanha, em França e na Inglaterra, a nova corrente romântica já estava instalada e autores como Walter Scott tinham começado a praticar um género novo, onde a História passara a jogar um importante papel. O nascimento da História como ciência (definitivamente, afastada da lenda e do mito) e a reação ao império napoleónico, favoreceram o aparecimento do romance histórico, legitimador de nacionalidades em perigo e meio eficaz (pensava-se) de ensinar História a essa burguesia cuja ascensão social não se tinha traduzido em igual ascensão cultural.

Em 1814, Walter Scott publicou *Waverley*, que tem o sugestivo subtítulo «'tis sixty years since», significando a existência de uma distância temporal entre o tempo da enunciação e o cenário onde se desenrola a intriga. A partir desta data, surgirão inúmeros romances um pouco por toda a Europa, com características semelhantes, evocando o passado e tentando reconstruí-lo com base em documentos e em fontes consideradas fidedignas. A opção pela veracidade dos factos narrados, assente numa preocupação de conhecimento efetivo e de transmissão do mesmo, teria como consequência a narração de eventos não demasiado próximos o que tiraria a fundamental percepção crítica, impedindo uma análise idealmente objetiva. Como escreve Avrom Fleishman (*The English Historical Novel...*, 1971, p. 3), o lapso temporal de duas gerações (40-60 anos) será imprescindível para se poder considerar um romance como histórico, tal como o século XIX o concebia. De igual modo, serão condições essenciais a existência de *topoi* da data e do lugar, bem como a referência a acontecimentos e as pessoas reais, isto é, que tenham tido uma existência historicamente documentada. Estas condições, aliadas a um pendor didático, decorrente das circunstâncias político-económicas e sociais já referidas, constituem o núcleo duro do que se poderá designar de romance histórico.

Em Portugal, será Alexandre Herculano, e seguidamente outros autores como Almeida Garrett, Arnaldo Gama, Rebelo da Silva ou Pinheiro Chagas, para citar apenas os mais significativos, que darão corpo a inúmeros romances e contos que possuem, *grosso modo*, as características *supra* mencionadas. Devemos ainda assinalar que, normalmente, os romances históricos oitocentistas privilegiam determinados momentos considerados importantes para a consolidação das nacionalidades, postas em perigo pelas tropas imperialistas de Napoleão. E a verdade é que os primeiros romances históricos de Walter Scott têm como pano de fundo dois ambientes distintos, mas, de certa forma complementares: a Idade Média, tempo da consolidação nacional e as lutas entre escoceses e ingleses, na busca de uma legitimação identitária. No caso português, os romances de Herculano têm também como cenário a Idade Média, início temporal da nacionalidade, procurando três momentos-chave da sua legitimação: a invasão árabe, em 711, e o início da reconquista cristã (*Eurico, o Presbítero*, 1844); os tempos de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(*O Bobo*, 1843, em *O Panorama*; em livro, 1871); a batalha de Aljubarrota e definitiva demonstração da soberania nacional (*O Monge de Cister*, 1848). O mesmo se passa com os outros autores coevos, que escolhem sempre pretextos históricos facilmente identificáveis, na mira de ensinar aos leitores as referências da história e da tradição. O primeiro romance histórico, digno do nome, é *Rausso por Homízio* (1842-1843), de Rebelo da Silva, onde o autor não se afasta substancialmente das teorizações de Herculano.

O romance histórico oitocentista

Em Portugal, o romance histórico, como vimos, aparece tardiamente, só na década de 40, com cerca de trinta anos de atraso em relação ao resto da Europa. Condições políticas precisas, como a persistência de uma monarquia absoluta até 1820, a guerra civil e o exílio de intelectuais em França e Inglaterra, contribuíram para uma prevalência de uma poética ainda clássica, apesar dos esforços da Marquesa de Alorna e de alguma produção de Bocage. Garrett, em Paris, escreve em 1825 e 1826, *Camões* e *D. Branca*, respetivamente, longos poemas onde já se notam bem as características românticas e o gosto por figuras do passado nacional. Contudo, não podemos ainda falar de romance histórico, nem dos ingredientes que lhe são característicos.

Apoiados nos elementos enunciados (*topoi* da data e lugar, acontecimentos e personagens referenciais/com existência real) e com intenções didáticas evidentes, que levam Alexandre Herculano a escrever que um romance de Scott ensina mais do que um livro de História (*O Panorama*, 1/8/1840), os escritores oitocentistas, muitos deles também historiadores, como é o caso de Herculano, pretendem aliar a descrição de factos históricos e facilmente identificáveis, com enredos amorosos, que empolgariam o leitor. Contudo, o crítico e romancista italiano, Alessandro Manzoni, já alerta para a incorreção de tais afirmações, afirmando que só se poderão tirar tais ilações num momento de entusiasmo, e que não se poderão repetir depois de reflexão (Manzoni, «Del Romanzo Storico...», 1993, p. 1762). Veremos como a aliança perigosa entre a reconstituição histórica e o enredo amoroso resulta numa série de anacronismos, que afetam a credibilidade histórica e a reconstituição do passado.

Lukacs publicou, em 1937, um estudo fundamental sobre o romance histórico, mesmo se o mesmo é ideologicamente bastante marcado e se as suas análises não conseguem prescindir das opções políticas do autor. Segundo ele, a obra de Scott seria a herdeira do romance social do século XVIII e falando raramente do presente, significá-lo-ia através das épocas passadas (Lukacs, *Le Roman...*, 1965, p.33).

Um olhar crítico sobre os romances históricos oitocentistas leva-nos inevitavelmente a constatar uma anacronia, difícil de ignorar. Sendo, na sua maioria, historiadores, os romancistas dedicam um espaço considerável à descrição de ambientes e costumes, valendo-se dos seus conhecimentos eruditos. Não são raras as descrições da toponímia das cidades medievais, das vestes usadas por cada uma das raças em confronto, dos hábitos regulamentados e pessoais, da gastronomia e, até, da linguagem, como anota Walter Scott, no início de *Ivanhoe* (1819), ao apresentar um diálogo entre dois populares, que falariam anglo-saxão,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

e cujo diálogo ele teria traduzido para o inglês moderno (Walter Scott, *Ivanhoe*, 1986, p. 13). A cor local parece perfeita e as personagens totalmente inseridas no tempo e lugar evocados. Há, contudo, uma limitação observável por qualquer leitor mais atento ou mais preparado na análise de atitudes e comportamentos: os ambientes são do passado, os lugares também, mas as personagens, sobretudo as inventadas, isto é, as que não tiveram uma existência documentada num outro tempo, são estruturalmente românticas. Elas atuam, amam, pensam como seres do século XIX e criam um desfazamento entre elas e o cenário em que se movimentam. Esta anacronia fragiliza a veracidade do narrado e coloca o romance histórico oitocentista sob o signo de uma ficcionalidade híbrida, jogando com as características da ficção romanesca e de um certo rigor histórico.

E a verdade é que os pormenores referenciais são menos interessantes do que o desenrolar de uma diegese tipicamente romântica, que, por vezes, soa a falso sob as excessivas roupagens da História. Heroínas românticas, portanto, as personagens femininas destes romances são, em geral, passivas e condicionadas pela atuação dos seus parceiros masculinos. Estes, porque, em *Herculano*, não possuem o moderado carácter scottiano, prefiguram o maldito herói, típico do Romantismo, cujas características concorrem inexoravelmente para um trágico fim. Em *Eurico o Presbítero* e em *O Monge de Cister*, Eurico e Vasco, respetivamente, encarnam o tópico do monge maldito, tão querido desde o romance gótico anglo-saxão. Não devemos esquecer que a primeira obra foi escrita como um libelo contra o celibato religioso, utilizando apenas o século VIII como pano de fundo, mas ignorando-o como prova fidedigna de reconstituição histórica. Aliás, o erro histórico em que *Herculano* cai, os padres no século VIII eram casados, revela-se pouco importante para os desígnios superiores que o movem: a defesa do celibato religioso, de acordo com os ideais oitocentistas. Como vemos, por esta brevíssima abordagem, o romance histórico de *Herculano* esquece, frequentemente, a História, para só a usar de modo superficial, conferindo às suas personagens uma fatalidade esmagadora, que as faz caminhar para uma morte angustiada e violenta. Não são os movimentos sociais ou as crises sociopolíticas que interessam, os condicionantes históricos são meros acidentes na vida desses heróis que correm vertiginosamente para um abismo que nunca tentam evitar.

Garrett, a outra figura de proa do Romantismo português, também se aventurou pela narrativa histórica, com *O Arco de Santana*, afirmando expressamente no prólogo que a reconstrução do passado poderá ter como prioritária função uma especular reduplicação do presente. Ao lembrar um episódio do tempo de D. Pedro I, onde se convocam a tradicional justiça do rei e os desejos lúbricos do bispo do Porto, Garrett aproveita para sugerir caminhos para a atuação do governo liberal. Tal como acontecia com *Herculano*, são visíveis no romance uma série de ingredientes próprios do Romantismo, incluindo os espetaculares reconhecimentos de que Camilo Castelo Branco irá usar e abusar em romances históricos e não históricos.

Ao longo do século XIX, outros autores cultivaram o género, sempre na pegada mais ou menos direta de *Herculano*. Destacamos nomes como os de Rebelo da Silva, Camilo Castelo Branco, Arnaldo Gama, Pinheiro Chagas ou Alberto Pimentel.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

As duas primeiras obras de Rebelo da Silva (*Rausso por Homízio*, 1842-1843 e *Ódio Velho não Cansa*, 1848), assim como alguns textos de *Contos e Lendas* evocam o Portugal medieval, com todos os tradicionais ódios, vinganças e traições. Na segunda fase de que são exemplo, *A Mocidade de D. João V* (1852), *Lágrimas e Tesouros* (1863), *A Casa dos Phantasmas* (1865) e *De Noite Todos os Gatos são Pardos* (publicado postumamente em 1871), é o século XVIII e o início do XIX (as invasões francesas) que servem de pano de fundo a intrigas, francamente devedoras do imaginário romântico, mas que se movimentam em ambientes que apelam diretamente para uma cor local evocativa da época em que o enredo se situa. Sem o grau de paixão que caracteriza as personagens dos romances de Herculano, as obras de Rebelo da Silva pretendem retratar várias épocas da nossa História, pondo em relevo, não só a atuação política de alguns reis, mas sobretudo as suas atuações privadas, a par das de personagens que com eles contracenam, num à vontade que, momentaneamente, pode fazer esquecer o leitor da veracidade de umas e da ficcionalidade das outras.

Em Camilo Castelo Branco, a reconstituição histórica deixa muito a desejar, não se preocupando o autor em ser fiel ou até verosímil. As invasões francesas e as lutas entre liberais e absolutistas são frequentemente o cenário onde se desenvolvem romances como *A Enjeitada* (1865), *O Retrato de Ricardina* (1868) ou *A Brasileira de Prazins* (1882); *O Santo da Montanha* (1868) evoca o Funchal do século XVII, enquanto *Livro Negro de Padre Dinis* (1855) refere a Revolução Francesa. No entanto, nenhum destes textos pode ser considerado romance histórico, pois que os acontecimentos reais só existem para situar o entrecho no tempo e no espaço, não havendo qualquer preocupação na reconstituição das forças sociais e humanas que permitiram determinada transformação. Outros casos há em que factos verídicos condicionam, de certa forma, a diegese, mesmo se nem sempre são corretamente explorados. Em *O Judeu* (1866), *O Olho de Vidro* (1866), *O Senhor do Paço de Ninães* (1867), *Luta de Gigantes* (1865), *O Regicida* (1874), *A Filha do Regicida* (1875) ou *A Caveira da Mártir* (1875), diretamente apelidados de romances históricos, encontramos inequívocas referências a acontecimentos ou fenómenos que marcaram épocas da História portuguesa. A Inquisição e o correspondente problema do judaísmo, a descrição de um auto-de-fé ou a batalha de Alcácer-Quibir dão o tom historicista que o autor quer imprimir, mesmo se superficialmente e até com inexatidões primárias.

De um modo ainda mais direto do que Herculano, de quem é indubitavelmente devedor, Arnaldo Gama possui uma conceção didática da História, apresentando inúmeras notas explicativas e informativas. Nas obras deste autor (*Um Motim Há Cem Anos*, 1861, *O Sargento-Mor de Vilar*, 1863, *O Segredo do Abade*, *A Última Dona de S. Nicolau*, 1864, *O Filho do Baldaia*, 1865, *A Caldeira de Pero Botelho*, 1866, *O Balio de Leça*, 1871, póstumo), encontra-se sempre um quadro verídico, onde se desenrolam amores (em geral proibidos e impossíveis, à boa maneira romântica), e onde se destaca o importante papel das massas (à semelhança de Scott).

Em Pinheiro Chagas, as influências românticas já não são tão nítidas como nos anteriores, embora se façam ainda sentir em algumas obras. Nos romances de cariz histórico, a importância que é atribuída aos acontecimentos verídicos varia, de molde a podermos catalogá-los em quatro secções: à primeira



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

corresponderia *A Corte de D. João V* (1867), onde o mais importante parece ser a descrição do ambiente independentemente de qualquer intriga; na segunda, de que fazem parte *Os Guerrilheiros da Morte* (1872), *O Terramoto de Lisboa* (1874), *As Duas Flores de Sangue* (1875), *A Mantilha de Beatriz* (1878) e *A Marquesa das Índias* (1890), nota-se uma menor importância das personagens referenciais, sobressaindo a intriga, que, na maior parte dos casos, está intimamente relacionada com determinado acontecimento histórico; no terceiro grupo, salientam-se romances onde a tónica é posta em episódios verídicos, à volta dos quais se desenrola uma subsidiária diegese, como *A Máscara Vermelha* (1873) e *O Juramento da Duquesa* (1873); finalmente, em *A Jóia do Vice-Rei* (1890), *A Descoberta da Índia Contada por um Marinheiro* (1891) e *O Naufrágio de Vicente Sodré* (reimpresso em 1894), há quase ausência de efabulação, dando-se especial relevo ao facto em si, na linha da grande maioria do romance histórico do início do século XX.

Na obra de Alberto Pimentel, poderemos também considerar várias formas de inclusão do referente, desde romances que mais não são do que uma série de peripécias aventurosas, cujo cenário interessa menos do que a intriga em si (*O Anel Misterioso* (1873), *O Testamento de Sangue* (1873), *Um Conflito na Corte* (1876) *O Arco de Vandoma* (1916) e *Terra Prometida* (1918)), até outros que dão mais atenção ao discurso histórico propriamente dito (*A Guerrilha de Frei Simão* (1895), *O Descobrimento do Brasil* (1895) e *O Lobo da Madragoa* (1904)). A sua produção romanesca não traz grande novidade nem à conceção do romance histórico tradicional, nem à elaboração da intriga. As personagens são, ou tragicamente românticas (nas primeiras obras) ou fleumáticas e moderadas sem desesperos ou angústias ontológicas (nas últimas).

Ao longo do século XIX e ainda no início deste, outros romancistas cultivaram o género sem, todavia, trazerem novidades em relação aos ditames de Scott, Victor Hugo ou Herculano. Falamos de Oliveira Marreca, Ayres Pinto de Souza Mendonça e Menezes, António Pereira de Aragão, Andrade Corvo, Coelho Lousada, Matilde de Sant'Ana e Vasconcelos, Bernardino Pinheiro, Teixeira de Vasconcelos, António Francisco Barata, Mendes Leal, Luís Guedes Coutinho Garrido e José de Sousa Monteiro (estes dois últimos, curiosamente, evocando a Roma antiga), Oliveira Martins, Silva Gaio, Pereira Lobato, Guiomar Torrezão, Diogo de Macedo, Guilhermino Augusto de Barros, Henrique Lopes de Mendonça, D. João da Câmara, Marcelino Mesquita, Alberto de Castro, Guilherme Read Cabral, J. Reis Gomes, Sousa Costa ou César da Silva.

o romance finissecular e dos inícios de novecentos

Nas primeiras décadas do século XX (ou ainda nos últimos anos do século anterior) surgem novos modelos que basicamente se deixam imbuir de um exagerado patriotismo místico e mítico. Excetuam-se apenas os casos de Eça de Queirós e de Carlos Malheiro Dias.

Do primeiro, para além de alguns contos onde há alguma reconstituição histórica, devem salientar-se dois romances, que se podem considerar como inovadores: *A Relíquia* (1887) e *A Ilustre Casa de Ramires* (1900).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Em *A Relíquia*, o protagonista, mesmo se num sonho, situa-se simultaneamente em dois tempos distintos (o seu século XIX e o tempo de Cristo) e reflete sobre as vantagens e prejuízos desta situação. A consciência da pertença a dois tempos, os comentários através de uma focalização externa, artificialmente assumida, deixam já entrever uma nova forma de perceber o passado, crítica e epistemológica. A intenção didática parece abolida e o jogo com o passado passa para primeiro plano. No segundo romance procede-se a uma magistral desconstrução dos ingredientes inevitáveis para a feitura de um romance histórico tradicional, ironizando e parodiando as receitas convencionais e o seu ingénuo entusiasmo pela reconstituição do passado. A metalinguagem presente nestes dois romances deixa já entrever o aparecimento de um tipo de narrativas que escapa a um certo primarismo romântico e se posiciona na senda do experimentalismo discursivo do século XX.

Carlos Malheiro Dias, em *Paixão de Maria do Céu* (1902) e *O Grande Cagliostro* (1905), cria uma nova forma de evocação através do uso constante da ironia, acentuando a distância do narrador (e dos leitores), e da parcialidade da focalização das personagens.

No entanto, como já referimos, nos primeiros anos de novecentos, a tônica vai para um romance apologético e muitas vezes biografista (das grandes figuras da História), sem grandes novidades, nem estruturais nem conceptuais. É o caso de Campos Júnior, Artur Lobo de Ávila, Faustino da Fonseca, Rocha Martins, Eduardo de Noronha (que fala sobretudo da heroicidade de portugueses no estrangeiro), Antero de Figueiredo, Marques Rosa, Júlio Dantas, Ruy Chianca, João Grave, D. João de Castro, Maria Paula de Azevedo, Afonso Lopes Vieira, Gentil Marques ou Mário Domingues.

os meados do século xx

Nos anos trinta de novecentos, começam a surgir alguns casos interessantes que se deverão considerar como pertencentes a uma espécie de estética de transição entre o romance histórico tradicional e a metaficção historiográfica pós-moderna. Publicados em 1936, *Isabel de Aragão – Rainha Santa*, de Vitorino Nemésio e *Aventura Maravilhosa*, de Aquilino Ribeiro, constituem inegavelmente dois casos de modernidade, quando as reflexões sobre a teoria da História ainda não tinham atingido a profundidade dos anos subsequentes. A obra de Vitorino Nemésio afasta-se radicalmente de outras biografias do início do século. O tipo de discurso do autor, cheio de comentários e reflexões, de uma ou outra incerteza, baseada na impossibilidade do conhecimento efetivo, aproxima-o decisivamente de obras mais recentes. É a tentativa de construir a outra história que Nemésio leva a cabo quando refere os pensamentos da rainha, apontando-os como hipóteses plausíveis, possíveis e, sobretudo, verosímeis. A novidade do seu texto não reside na visão que apresenta de Santa Isabel, que basicamente não se afasta da tradicional, mas na forma como o discurso histórico se equaciona, fugindo a uma factualidade pretensamente verdadeira, para se centralizar na periclitante dialética entre o sabido e o pressentido, o histórico e o imaginado.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

O romance de Aquilino propõe uma alteração da História (a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir), partindo do princípio de que, na existência de uma ténue dúvida, se pode construir uma outra verdade, tão possível como a que normalmente corre nas versões oficiais. Ele apresenta uma leitura outra e transgressiva do já aparentemente esgotado desastre de Alcácer-Quibir: D. Sebastião não morreu, mas terá de expiar a sua falta antes de reassumir o trono. No fim, será, subtilmente, mandado assassinar por Filipe II, repondo-se a ordem. Um outro autor menor, Samuel Maia, em *História Maravilhosa de Dom Sebastião Imperador do Atlântico* (1940) levanta hipótese semelhante, embora aqui a sobrevivência do rei o leve a criar um glorioso Império, noção a que não é com certeza alheio o espírito nacionalista e encomiástico da época.

Novas concepções da história e suas consequências no romance

A partir da década de 60, surge uma nova concepção da História, devedora da revista *Annales*. A consciência da impossibilidade de se aceder ao passado, o estudo das mentalidades (cuja ignorância levou o romance oitocentista a, inadvertidamente, criar caracteres românticos inseridos em ambientes de outros séculos), o abandono de intenções didáticas, a análise crítica e irónica da História, contribuiram para o aparecimento de romances que brincam com o passado e no-lo mostram de modo desconfortável e transgressivo.

A fortuna desta nova forma situa-se nos anos 80 e 90 e assistimos um pouco por toda a Europa a um recrudescimento do romance histórico que, na proposta de Linda Hutcheon, se passaria a designar de metaficção historiográfica pós-moderna. Já não se acredita numa recriação unívoca do passado, mas trabalha-se consciente e criticamente a matéria histórica, de molde a explorar as potencialidades que ficaram esquecidas ou encobertas pelo discurso oficial. Linda Hutcheon e Elisabeth Wesseling teorizam sobre o aparecimento destes novos textos, que se podem transformar em verdadeiros repositórios de subversão e experimentação discursiva.

Em Portugal, nos romances com base histórica, poderemos distinguir seis categorias, que constituem a base para uma tipologia do género.

o romance de família

Há obras cuja diegese se centra numa família e que vai seguindo os seus sucessos ao longo de duas ou mais gerações. A par dos eventos mais relacionados com a família, encontramos referência aos acontecimentos políticos, sociais e culturais das épocas em causa. A História passa a ser contada do ponto de vista daquele núcleo e é através dele que nos apercebemos da importância das mutações e convulsões do passado. Estão neste caso vários romances: *Levantado do Chão* (1980), de José Saramago, narra a exploração latifundiária no Alentejo, ao longo do século XX; *Café República* (1982), *Café Central* (1984), *Café 25 de Abril* (1987), *Razões de Coração* (1991) e *A Guerra Civil* (1993), de Álvaro Guerra - nos três primeiros



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

foca-se a vida de uma pequena vila entre 1914 e 1976, onde se entrelaçam as mais diversas opções políticas e pessoais, nos dois últimos, são a invasão francesa de 1808 e as guerras entre liberais e absolutistas que constituem o pano de fundo do fazer histórico; as obras de Mário Cláudio, *A Quinta das Virtudes* (1990) e *O Pórtico da Glória* (1997) dão especial destaque à história da casa através dos seus habitantes, havendo o emprego obsessivo do condicional contrafactual para sugerir a ficcionalidade do narrado – a vida da família torna-se mais relevante do que a pública ou privada, na medida em que pormenores como os culinários ou da barra da roupa, a compra de utensílios domésticos ou a alimentação e engorda dos porcos têm mais destaque do que o Cerco do Porto ou a visita de D. Maria II à cidade Invicta; *O Último Cais* (1992) e *A Deusa Sentada* (1994), de Helena Marques, recriam o Funchal do passado; *O Senhor das Ilhas* (1994), de Isabel Barreno, reconstrói a história da família Martins nas ilhas de Cabo Verde, a partir dos finais do século XVIII; *Os Pioneiros* (1994), *Os Impetuosos* (1994), *Os Bem-Aventurados* (1995) e *Os Mal-Amados* (1997) de Luísa Beltrão, contam a história de uma família burguesa durante os séculos XIX e XX.

As novas biografias

Os romances que reescrevem a biografia de personagens referenciais são fundamentalmente diferentes dos seus congéneres do início do século, uma vez que, frequentemente, se ultrapassa a relatividade histórica para se atingir uma dimensão quase mítica. As várias figuras aparecem assim filtradas pela ideologia dos seus criadores que pretendem demonstrar uma teoria através do relato da vida das personagens, servindo estas mais como pretexto do que como fim em si mesmas. Ressaltamos neste caso as seguintes obras: *Fanny Owen* (1979), *Adivinhas de Pedro e Inês* (1983), *Um Bicho da Terra* (1984 – sobre o judeu Uriel da Costa), *A Monja de Lisboa* (1985- sobre Sor Maria da Visitação) e *Eugénia e Silvina* (1989- sobre Eugénia Viseu e um possível caso de parricídio), de Agustina Bessa Luís; *A Voz dos Deuses* (1984- sobre Viriato), *O Trono do Altíssimo* (1988- sobre S. Quintiano de Braga), *A Hora de Sertório* (1994) e *Inês de Portugal* (1997), de João Aguiar; *Memória de Inês de Castro* (1990) e *Vida de Sebastião Rei de Portugal* (1993), de António Cândido Franco – ainda muito influenciadas pelo saudosismo e seus epígonos; *Vida de Ramón* (1991), de Luísa Costa Gomes; *As Portas do Cerco* (1992- sobre Camilo Pessanha) e *Amêndoas, Doces, Venenos* (1998 - sobre o Dr. Vicente Urbino de Freitas), de António Rebordão Navarro; *D. Leonor de Távora – O Tempo da Ira* (1993), de D. Luiz de Lencastre e Távora; *Crónica Esquecida d'El-Rei D. João II* (1995), de Seomara da Veiga Ferreira; *A Esmeralda Partida* (1995 – sobre D. João II), de Fernando Campos; *A Sorte e a Desdita de José Policarpo* (1995- sobre o possível autor do atentado contra D. José), de Alberto Oliveira Pinto.

Pretensas autobiografias

Aparentado com este último género é aquele que coloca a narração na boca de personagens referenciais, que são simultaneamente os protagonistas, apresentando uma parcial focalização dos acontecimentos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

passados, focalização que se afasta radicalmente da consagrada. Ao usar este artifício, os autores assumem que a História pode ser passível de diferentes leituras e interpretações. Salientem-se romances como: *A Casa do Pó* (1986 – cujo narrador é Frei Pantaleão de Aveiro, o protagonista), e *A Sala das Perguntas* (1988 – com Damião de Góis, como narrador), de Fernando Campos; *Eu, Nuno Álvares* (1987), de Teresa Bernardino; *Memórias de Agripina* (1993) e *Leonor Teles ou O Canto da Salamandra* (1998), de Seomara da Veiga Ferreira.

Mudança radical de focalizadores, ironia e paródia

A focalização diferente da tradicional proporciona, mesmo se o narrador é heterodiegético (em terceira pessoa), uma visão heterodoxa dos acontecimentos, que, frequentemente, choca com a versão da História oficial. É o caso de *Memorial do Convento* (1982), de José Saramago, onde a construção do Convento de Mafra é visionada pelos operários e não pela nobreza ou clero, como consta dos documentos oficiais. A intromissão do maravilhoso com Baltasar e Blimunda favorece a representação do imaginário de uma sociedade dominada por um obscurantismo ferrenho. O romance de Miguel Medina, *Além do Maar* (1994) propõe uma nova versão da viagem de Vasco da Gama, focalizada pelos marinheiros e degredados, tornando-se num dos casos mais curiosos de múltiplos pontos de vista, e de desvio, na tentativa de desmitificar o passado, passado que determinados interesses nacionais tornaram mais lendário do que referencial.

Apesar da ironia e da paródia estarem frequentemente subjacentes na metaficção historiográfica pós-moderna, o certo é que nem sempre elas constituem o traço dominante. Todavia há alguns casos em que só através destas figuras retóricas se consegue apreender o verdadeiro significado dos textos. *A Paixão do Conde de Fróis* (1986), *Quatrocentos Mil Sestércios seguido de O Conde Jano* (1991) e *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde* (1994), de Mário de Carvalho ou *Tocata para Dois Clarins* (1992), de Mário Cláudio e *Breviário das Más Inclinações* (1994) e *O Relógio do Cárcere* (1997) de José Riço Direitinho, são casos em que uma leitura literal acarretaria forçosamente uma deficiente interpretação, por vezes até de sinal contrário. No romance de Mário Cláudio, por exemplo, a apologia do Estado Novo só poderá ser entendida como irónica e transgressiva.

Histórias alternativas. anulação do tempo

A alteração da história canónica leva a uma reescrita do passado, reescrita que pode atingir os limites do (in)verosímil. É visível em vários romances a multiplicidade de leituras de que pode ser alvo determinado facto, dando azo a interpretações diversas ou até subversivas, podendo mesmo personagens inventadas influenciar o decorrer de acontecimentos tidos como referenciáveis, ou factos verdadeiros serem transferidos de uma época para outra, contrariamente ao que se passa no discurso histórico propriamente dito. É essa



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tentação de construir outra história, de modificar o passado, não já pela apresentação dos mesmos factos com diferente focalização, mas pela transformação pura e simples desses factos, que seduziu romancistas como Saramago, Agustina Bessa Luís, Vasco Pereira da Costa, Augusto Abelaira, António da Silva Graça ou Mário Cláudio. Herberto Helder, em *Teorema* (1963) propusera já uma nova teoria para explicar a morte de Inês de Castro, baseado numa desconstrução lúcida e irónica do mito. Agustina Bessa Luís, em romances como *O Mosteiro* (1980), *A Corte do Norte* (1987), *Ordens Menores* (1992), *O Concerto dos Flamengos* (1994) e *As Terras do Risco* (1994), joga à vontade com a História, não se coibindo de afirmar que D. Sebastião não morreu em Alcácer-Quibir ou que passado e presente se interpenetram, não estando aquele nunca verdadeiramente terminado. *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), *História do Cerco de Lisboa* (1989), *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991) *A Viagem do Elefante* (2008) e *Caim* (2009), de José Saramago são verdadeiras recriações, chegando ao ponto de, no romance de 1989, levantar as hipóteses de alteração da História através de uma modificação consciente efetuada por um revisor tipográfico que decide que os Cruzados não ajudaram D. Afonso Henriques a conquistar Lisboa. Podemos ainda considerar casos como os de *O Bosque Harmonioso* (1982), de Augusto Abelaira, *Memória Breve* (1987, contos), de Vasco Pereira da Costa, *Viagem ao Fim da História* (1995), de António Silva Graça e *As Batalhas do Caia* (1995), de Mário Cláudio.

A noção de tempo, já relativizada no romance de Virginia Woolf, *Orlando* (1928), onde a personagem se movimenta através das épocas, mudando de lugar e de sexo, abriu novas potencialidades ao tratamento do tempo e da História. Em 1964, Ruben A., com a publicação de *A Torre da Barbela*, inaugura um tipo de romance que anula a noção absoluta de morte, fazendo coexistir personagens pertencentes a séculos diferentes, agindo cada um de acordo com a mentalidade da sua época. Mário de Carvalho em *O Livro Grande de Tebas* (1982) e *A Inaudita Guerra da Avenida Gago Coutinho* (1983), frisa a inexistência de referentes, situando a ação numa espécie de não-tempo e não-lugar, ao fazer uso da História paratática, isto é, da coexistência de vários séculos. É a História utópica, ucrónica, sem possibilidade de verificação. Na mesma linha, situa-se o livro de Teolinda Gersão, *A Casa da Cabeça de Cavallo* (1995), onde os antigos habitantes de uma casa, todos mortos, recordam o passado, evocando diferentes momentos-chave de suas vidas.

Significado da história e do tempo

Resta-nos abordar romances que se preocupam mais com o significado último da História do que com a referência concreta a qualquer episódio ou época. Nesta secção, incluímos três textos: *As Naus* (1988) de Lobo Antunes, *Os Infiéis* (1992), de Fernando Dacosta e *Peregrinação de Barnabé das Índias* (1998), de Mário Cláudio. Na primeira obra, há uma alusão mais ou menos direta ao fenómeno dos retornados no pós-25 de Abril, assumindo-se um carácter quase épico, uma vez que estes retornados possuem os mesmos nomes dos antigos heróis das descobertas; no romance de Fernando Dacosta há uma procura da utopia, que passa pela desconstrução do mito de glorificação portuguesa; *Peregrinação de Barnabé das Índias* propõe



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uma leitura da viagem de Vasco da Gama que transcende a simplesmente factual, para se situar num nível iniciático.

conclusões

A importância do romance histórico é incontestável, como é incontestável a procura de uma identidade vacilante, num século que começa com a ameaça napoleónica ou inglesa e noutro que termina com o recuo para as fronteiras europeias e com uma nacionalidade que se esvai (ou pode esvair) numa Europa maioritária. No presente século, apesar de haver ainda algumas tentativas de romances com base histórica, não há já aquela necessidade de questionar o passado e de o fazer reviver de modos transgressivos e anacrónicos. Gostaria apenas de salientar o recente romance de Hélia Correia, *Um Bailarino na Batalha* (2018), onde a autora se refere ao fenómeno dos refugiados, dos migrantes, que atravessam o deserto africano em busca de uma Europa mítica, mas hostil. A descrição e relato deste percurso, mesmo não tendo as duas gerações de permeio que os teóricos tradicionais do romance histórico preconizavam, acabam por ser um testemunho surpreendente de uma realidade historicamente comprovada.

A tentação de questionar a História, de certa forma a domesticar, parece não querer abandonar as lides literárias e o romance é o palco privilegiado destas reflexões. De uma tentativa incipiente de reconstituição de um passado documentado, se foi passando gradualmente para um questionamento desse passado, partindo dos dados fornecidos pelos historiadores e apresentando-os de modo surpreendente, de forma a deslocar a História oficial para a privada, a excluída dos manuais, mas presente na vida quotidiana dos intervenientes ignorados, silenciosos, mas incrivelmente atuantes.

Obras citadas: A., Ruben, *A Torre da Barbela*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1966 [1964]; Abelaira, Augusto, *O Bosque Harmonioso*, Lisboa, O Jornal, 1987 [1982]; Aguiar, João, *A Voz dos Deuses*, Porto, Ed. Asa, 1992 [1984]; *O Trono do Altíssimo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1988; *A Hora de Sertório*, Porto, Asa, 1994; *Inês de Portugal*, Porto, Asa, 1997; Antunes, António Lobo, *As Naus*, Lisboa, Publicações Dom Quixote/Círculo de Leitores, 1988; Baptista-Bastos, *O Cavalo a Tinta-da-China*, Lisboa, Temas da Actualidade, 1995; Barreno, Maria Isabel, *O Senhor das Ilhas*, Lisboa, Caminho, 1994; Barros, João de, *Crónica do Imperador Clarimundo*, Porto, Clássicos Sá da Costa, 2 Vols, s/d [1522]; Beltrão, Luísa, *Os Pioneiros*, Lisboa, Presença, 1994; *Os Impetuosos*, Lisboa, Presença, 1994; *Os Bem-Aventurados*, Lisboa, Presença, 1995; *Os Mal-Amados*, Lisboa, Presença, 1997; Bernardino, Teresa, *Eu, Nuno Álvares*, Lisboa, Publ. Europa-América, 1987; Bessa-Luís, Agustina *Fanny Owen*, Lisboa, Guimarães Ed., 1979; *O Mosteiro*, Lisboa, Guimarães Ed., 1980; *Adivinhas de Pedro e Inês*, Lisboa, Guimarães Ed., 1983; *Um Bicho da Terra*, Lisboa, Guimarães Ed., 1984; *A Monja de Lisboa*, Lisboa, Guimarães Ed., 1985; *A Corte do Norte*, Lisboa, Guimarães Ed., 1987; *Eugénia e Silvina*, Lisboa, Guimarães Ed., 1989; *Ordens Menores*, Lisboa, Guimarães



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Ed., 1992; *O Concerto dos Flamengos*, Lisboa, Guimarães Ed., 1994; *As Terras do Risco*, Lisboa, Guimarães Ed., 1994; *Camões, Luís de Os Lusíadas*, Porto, Porto Ed., s/d. [1572]; *Campos, Fernando, A Casa do Pó*, Lisboa, Difel, s/d [1986]; *A Esmeralda Partida*, Lisboa, Difel, 1995; *A Sala das Perguntas*, Lisboa, Difel, 1998; *Carvalho, Mário de, O Livro Grande de Tebas*, Lisboa, Vega, 1982; *A Paixão do Conde de Fróis*, Lisboa, Caminho, 1993 [1986]; *Quatrocentos Mil Sestércios Seguidos de O Conde Jano*, Lisboa, Caminho, 1991; *Um Deus Passeando Pela Brisa da Tarde*, Lisboa, Caminho, 1994; *Castelo Branco, Camilo, Livro Negro de Padre Dinis*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1971 [1855]; *A Enjeitada*, in *Obras Completas*, Porto, Lello & Irmão, Vol. V, 1986 [1865]; *Luta de Gigantes*, in *Obra Completa*, Porto, Lello & Irmão, XI Vol., 1990 [1865]; *O Judeu*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1970 [1866]; *O Olho de Vidro*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1968 [1866]; *O Santo da Montanha*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1972 [1866]; *O Senhor do Paço de Ninães*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1966 [1867]; *O Retrato de Ricardina*, Lisboa, Livros de Bolso Europa-América, 1971 [1868]; *O Regicida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1965 [1874]; *A Filha do Regicida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1967 [1875]; *A Caveira da Mártir*, in *Obra Completa*, Porto, Lello & Irmão, Vol. VII, 1987 [1875]; *A Brasileira de Prazins*, Porto, Lello & Irmão, s/d [1882]; *Chagas, Manuel Pinheiro, A Corte de D. João V*, Lisboa, Livr. de A.M. Pereira, 1867; *Os Guerrilheiros da Morte*, Lisboa, Escripório da Empresa, 1872; *A Máscara Vermelha*, Lisboa, Livr. de António Maria Pereira, nova edição, s/d [1873]; *O Juramento da Duquesa*, Lisboa, Livr. de António Maria Pereira, nova edição, s/d [1873]; *O Terremoto de Lisboa*, Porto, Domingos Bareira ed., 1937 [1874]; *As Duas Flores de Sangue*, Lisboa, Livreiros Reunidos Lda, 1932 [1875]; *A Mantilha de Beatriz* Lisboa, Empresa Literária Universal, s/d [1878]; *A Marquesa das Índias*, Lisboa, Editor-Proprietário José Augusto Gaspar de Lemos, 1890; *A Jóia do Vice-Rei*, Lisboa, Livr. de António Maria Pereira, s/d [1890]; *A Descoberta da Índia Contada por um Marinheiro*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1898 [1891]; *O Naufrágio de Vicente Sodré*, Lisboa, Empresa Literária Universal, s/d; *Cláudio, Mário, A Quinta das Virtudes*, Lisboa, Quetzal, 1990; *Tocata para Dois Clarins*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1992; *As Batalhas do Caia*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1995; *O Pórtico da Glória*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1997; *Peregrinação de Barnabé das Índias*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1998; *Correia, Hélia, Um Bailarino na Batalha*. Lisboa: Relógio d'Água, 2018; *Costa, Vasco Pereira da, Memória Breve*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoreano de Cultura, 1987; *Dacosta, Fernando, Os Infiéis*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1992; *Dias, Carlos Malheiro, Paixão de Maria do Céu*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1902; *O Grande Cagliostro*, Lisboa, Livr. Bertrand, s/d [1905]; *Direitinho, José Riço, Breviário das Más Inclinações*, Porto, Asa, 1994; *O Relógio do Cárcere*, Porto, Asa, 1997; *Durão, Fr. José de Santa Rita, Caramurú – Poema Epico do Descobrimento da Bahia*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1781; *Ferreira, António, Castro*, Porto, Editorial Domingos Barreira, s/d [1587]; *Ferreira, Seomara da Veiga, Memórias de Agripina*, Lisboa, Presença, 1993; *Crónica Esquecida d'El Rei D. João II*, Lisboa, Presença, 1995; *Leonor Teles ou o Canto da Salamandra*, Lisboa, Presença, 1998; *Franco, António Cândido, Memória de Inês de Castro*, Lisboa, Publ. Europa-América, 1990; *Vida de Sebastião Rei de Portugal*, Lisboa, Publ. Europa-



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

América, s/d [1993]; - Gama, Arnaldo, *Um Motim Há Cem Anos*, Porto, Livr. Simões Lopes de Manuel Barreira Ed., 1949 [1861]; *O Sargento-Mor de Vilar*, Porto, Livr. Simões Lopes, 1951 [1863]; *A Última Dona de S. Nicolau*, Porto, Livr. Tavares Martins, 1937 [1864]; *O Segredo do Abade*, Porto, Livr. Simões Lopes de Manuel Barreira Ed., 1951 [1864]; *O Filho do Baldaia*, Porto, Livr. Simões Lopes de Manuel Barreira Ed., 1952 [1865]; *A Caldeira de Pêro Botelho*, Porto, Livr. Tavares Martins, 1936 [1866]; *O Balio de Leça*, Lisboa, Livros de Bolso Europa-América, 1973 [1871, póstuma]; Garrett, Almeida, *Camões*, in *Obras de Almeida Garrett*, Porto Lello & Irmão, 1966, Vol. II [1825]; *D. Branca*, in *Obras de Almeida Garrett*, op. cit., Vol. II [1826]; *O Arco de Sant'Ana*, in *Obras de Almeida Garrett*, op. cit., Vol. I. [1845-1850]; Gersão, Teolinda, *A Casa da Cabeça de Cavallo*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1995; Gomes, Luísa Costa, *Vida de Ramón*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1991; Graça, António da Silva, *Viagem ao Fim da História*, Porto, Asa, 1995; Guerra, Álvaro, *Café República*, Lisboa, O Jornal, 1988 [1982]; *Café Central*, Lisboa, O Jornal, 1988 [1984]; *Café 25 de Abril*, Lisboa, O Jornal, 1987; *Razões de Coração*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1991; *A Guerra Civil*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1993; Helder, Herberto, «Teorema», in *Os Passos em Volta*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1985 [1963]; Herculano, Alexandre, *O Bobo*, Lisboa, Livr. Bertrand, s/d [no *Panorama*, 1843]; *Eurico o Presbytero*, Lisboa, Bertrand e Rio de Janeiro, S. Paulo, Belo Horizonte, Livr. Francisco Alves, s/d [1844]; *O Monge de Cister*, Lisboa, Livr. Bertrand, s/d [1848]; *Scenas de Um Anno da Minha Vida e Apontamentos de Viagens*, coordenação e prefácio de Vitorino Nemésio, Lisboa, Bertrand, 1934; Maia, Samuel, *História Maravilhosa de Dom Sebastião Imperador do Atlântico*, Lisboa, Livr. Bertrand, s/d [1940]; Marques, Helena, *O Último Cais*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1995 [1992]; *A Deusa Sentada*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1994; Medina, Miguel, *Além do Maar*, Venda Nova, Bertrand, 1994; Navarro, António Rebordão, *As Portas do Cerco*, Macau, Livros do Oriente, Coleção Macau/Leituras, 1992; *Amêndoas, Doces, Venenos*, Porto, Campo das Letras, 1998; Nemésio, Vitorino, *Isabel de Aragão – Rainha Santa*, in *Obras Completas*, Vol. X, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994 [1936]; Pimentel, Alberto, *A Porta do Paraíso*, Lisboa, Lucas & Filho Editores, 1873; *O Anel Misterioso*, Lisboa, Escripório da Empresa, 1873; *O Testamento de Sangue*, Porto, Typ. do Jornal do Porto, 1873; *Um Conflito na Côrte*, Porto, Livr. Figueirinhas, 1948 [1876]; *O Romance da Rainha Mercedes*, Porto, Livr. Portuense – Editora, 1879; *A Guerrilha de Frei Simão*, Lisboa, Parceria de António Maria Pereira, 1895; *O Descobrimiento do Brazil*, Lisboa, Livr. Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1900 [1895]; *O Lobo da Madragoa*, Lisboa, Parceria de António Maria Pereira, 1904; *Telas Antigas*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1906; *O Arco de Vandoma*, Lisboa, Guimarães & C.a - Editores, 1916; *Terra Prometida*, Lisboa, Guimarães & C.^a - Editores, 1918; Pinto, Alberto Oliveira, *A Sorte e a Desdita de José Policarpo*, Lisboa, Bertrand Ed., 1995; Queirós, Eça de, *A Relíquia*, Porto, Lello & Irmão, s/d [1887]; *A Ilustre Casa de Ramires*, in *Obras Completas*, op.cit. [1900]; Ribeiro, Aquilino, *Aventura Maravilhosa*, Lisboa, Bertrand Ed., 1985 [1936]; Saramago, José, *Levantado do Chão*, Lisboa, Caminho, 1988 [1980]; *Memorial do Convento*, Lisboa, Caminho, 1986 [1982]; *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, Lisboa, Caminho, 1984; *História do Cerco de Lisboa*, Lisboa, Caminho, 1989; *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, Lisboa, Caminho, 1991; *A Viagem do Elefante*, Lisboa, Caminho, 2008;



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Caim, Lisboa, Caminho, 2009; Scott, Walter, *Waverley*, Londres, The penguin English Library, 1983 [1814]; *Ivanhoe*, Londres, Penguin Classics, 1986 [1819]; Silva, Rebelo da, *Ráusso por Homizio*, Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1907 [publicado, em 1842-43, na *Revista Universal Lisbonense*]; *Odio Velho não Cança*, Lisboa, Empresa Lusitana Ed., s/d [1848]; *A Mocidade de D. João V*, Introdução, Nota biobibliográfica e edição de Maria de Fátima Marinho, Lisboa, Biblioteca Fundamental da Literatura Portuguesa (coordenação Carlos Reis). Imprensa Nacional, 2020 [1852]; *Contos e Lendas*, Porto, Livr. Civilização, s/d [1860]; *Lágrimas e Tesouros*, Porto, Typ. do Commercio, 1863; *A Casa dos Phantasmas*, Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1908 [1865]; *De Noite Todos os Gatos são Pardos*, Lisboa, Portugália Ed., s/d [1871, póstuma]; Távora, D. Luiz de Lencastre e, *D. Leonor de Távora – O Tempo da Ira*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994 [1993]; Woolf, Virginia, *Orlando*, trad. portuguesa de Cecília Meireles, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s/d [1928].

Bibliografia: Barguillet, Françoise, *Le Roman au XVIII^e siècle*, Paris, PUF Littératures, 1981; Boechar; Maria Cecília Bruzzi, Oliveira, Paulo Motta e Oliveira, Silvana Maria Pessôa de (org.), *Romance Histórico – Recorrências e Transformações*, Belo Horizonte, FALE/UFMG, Centro de Estudos Portugueses, 2000; Burke, Peter, *The Renaissance Sense of the Past*, Londres, Edward Arnold, 1969; Chaves, Castelo Branco, *O Romance Histórico no Romantismo Português*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979; Esteves, Antônio R., *O Romance Histórico Brasileiro Contemporâneo (1975-2000)*, São Paulo, Editora UNESP, 2010; Fernández Prieto, Célia, *Historia y Novela: Poética da la Novela Histórica*, Pamplona, Eunsa, Ediciones Universidad de Navarra, S.A., 1998; Fleishman, Avrom, *The English Historical Novel – Walter Scott to Virginia Woolf*, Baltimore e Londres, The John Hopkins Press, 1971; García Gual, Carlos, *Apología de la Novela Histórica e Otros Ensayos*, Barcelona, Ediciones Península, 2002; Gengembre, Gérard, *Le Roman Historique – 50 Questions*, Paris, Klincksieck, 2006; Guidarelli, Gianmario e Malacrino, Carmelo G. (org.), *Storia e Narrazione – Retorica, Memoria, Immagini*, Milão, Mondadori, 2005; Hutcheon, Linda, *A Poetics of Postmodernism – History, Theory, Fiction*, Nova Iorque e Londres, Routledge, 1988; Kuester, Martin, *Framing Truths – Parodic Structures in Contemporary English-Canadian Historical Novels*, Toronto, Londres, Buffalo, University of Toronto Press, 1992; Lukacs, Georges, *Le Roman Historique*, Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1965 [1937]; Maigrón, Louis, *Le Roman Historique à l'Époque Romantique*, Paris, L'Ancienne Librairie Honoré Champion Éditeur, 1912; Manzoni, Alessandro, «Del Romanzo Storico e, in genere, de'componenti di storia e d'invenzione», *Tutte le Opere*, Vol. Secondo, Milão, Sansoni Ed, 1993; Marinho, Maria e Fátima, *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999; *Um Poço sem Fundo – Novas Reflexões sobre Literatura e História*, Porto, Campo das Letras, 2005; *A Lição de Blimunda – A propósito de Memorial do Convento*, Coleção Saberes Plurais, Porto, Areal Editores, 2009; Orel, Harold, *The Historical Novel from Scott to Sabatini*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1995; Pires, Maria Laura Bettencourt, *Walter Scott e o Romantismo Português*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humana, Universidade Nova de Lisboa, 1979; Shaw, Harry, *The Forma of Historical Fiction – Sir Walter Scott and His Successors*, Ithaca e Londres,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Cornell University Press, 1983; Sousa, Sérgio Guimarães de e Ribeiro, Ana (org.), *Romance Histórico: cânone e periferias*, Vila Nova de Famalicão: Húmus e CEHUM (Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho), 2020; Wesseling, Elisabeth, *Writing History as a Prophet – Postmodernist Innovations of the Historical Novel*, Amesterdão/Filadélfia, John Benjamins Publishing Company, 1991.

Maria de Fátima Marinho



APOIOS:

